

pg. 53

Os técnicos administrativos da **Universidade Federal de Pernambuco** (UFPE), Universidade Rural de Pernambuco (UFRPE) vão realizar um ato, nesta quarta-feira (3), em frente à Faculdade de Direito do Recife, no bairro da Boa Vista, às 14h. Eles estão em greve desde o dia 11 de março. Segundo a categoria, os TAEs têm o pior plano de carreira do serviço público federal e um dos piores salários, o que evidencia a dificuldade das universidades em realizarem contratações. Também participam desta mobilização, os técnicos e professores do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), que passam a aderir a greve a partir desta quarta-feira. “A partir do início da greve o governo, principalmente o Ministério da Educação, que não vinha discutindo nossa pauta, chamou nossa categoria para uma reunião sobre a reestruturação da nossa carreira. Isso mostra que a greve está bastante forte e que vem incomodando o ministro da Educação, Camilo Santana, e a partir de agora é que vai começar as negociações”, afirmou o coordenador do Sintufepe (Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais -

Seção UFPE)

Danilo Araújo, em entrevista a coluna Enem e Educação, na última quinta-feira (28). “O governo até agora não apresentou uma proposta para reajuste salarial, mas abriu a negociação da reestruturação da carreira, o que inicialmente é um avanço porque ele sequer reconhecia esse debate”, completou o dirigente. Araújo também explicou que os técnicos administrativos veem negociando

com

a reitoria da UFPE

a pauta

da essencialidade, ou seja,

os serviços que não podem ter seu funcionamento prejudicado por causa da

MIRELLA ARAÚJO.

Os servidores e professores do IFPE também vão aderir a greve para reivindicar reestruturação da carreira

DIVULGAÇÃO/

IFPE

paralisação das atividades, a exemplo de setores do Hospital das Clínicas (HC)

Assistência Estudantil, os

biotérios e os setores do Nú

cleo de Tecnologia.

“Na universidade somos

mais de 3800 técnicos e

a greve foi assumida pela

ampla maioria da categoria.

Os TAEs vem se reunindo

com a reitoria para definir

os trabalhos essenciais (relacionados ao HC, seguran

ça, etc.) que não podem ser

suspensos com a greve,

uma vez que os servidores

ainda não tem uma lei que

regulamente o direito de

greve”, disse Danilo Araújo.

GREVE NACIONAL

A greve dos servidores nacionais que atuam na área de educação, será realizada por tempo indeterminado. Segundo o Sindicato

Naciona

I dos Servidores da

Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), o movimento contará

com a adesão de mais de 230 unidades de ensino em pelo menos 18 unidades

federativas. Coordenador geral do Sinasefe, David Lobão diz que a greve abrangerá

professores e funcionários técnico-administrativos dos Institutos federais de mais de 600

campi; Colégio Pedro II; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Instituto Benjamin

Constant, bem como colégios e escolas federais vinculadas ao Ministério da Defesa. Além de

uma recomposição salarial que varia de 22,71% a 34,32%, dependendo da categoria,

os servidores pedem também reestruturação das carreiras da área técnico-administrativa e de

docentes, a revogação de “todas as normas que prejudicam a educação federal aprovadas

nos governos Temer e Bolsonaro”; bem como a recomposição do orçamento e o reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes. Aprovada durante rodadas de assembleias realizadas desde o dia 18 de março em 29 seções sindicais, a greve será nacional e portempo indeterminado, conforme informado no dia 28 de março documento protocolado junto aos ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, da Defesa e da Educação, bem como ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

GOVERNO

Contatado pela Agência Brasil, o Ministério da Gestão informou que, em 2023, viabilizou, a partir de negociação com as entidades representativas dos servidores federais, reajuste linear de 9% para todos os servidores, além do aumento de 43,6% no auxílio-alimentação. “Esse foi o primeiro acordo para reajustes fechado entre o governo e servidores em oito anos”, destacou a pasta, ao acrescentar que, no segundo semestre de 2023, iniciou debate sobre reajuste para o ano de 2024. Ainda de acordo com o ministério, como parte desse processo foram abertas mesas específicas para tratar de algumas carreiras. “A recomposição da força de trabalho na Administração Pública Federal, para recuperar a capacidade de atuação do governo para a execução de políticas públicas, é pauta prioritária do Ministério da Gestão, que vem atuando dentro do possível e dos limites orçamentários para atender às demandas dos órgãos e entidades do Executivo Federal”, informou o ministério. No caso específico da carreira de técnicos-administrativos educacionais, dois ministérios (o da Gestão e o da Educação) criaram grupo de trabalho para tratar da reestruturação do plano para cargos técnico-administrativos em educação. No dia 27 de março, o relatório final do grupo foi entregue à ministra Esther Dweck, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, para servir de “insumo” para a proposta de reestruturação de carreira que será apresentada na mesa de negociação.

□

GREVE

Servidores do IFPE também aderem a greve a partir desta quarta-feira (3)

Técnicos administrativos da UFPE e UFRPE realizam ato no Recife para reivindicar melhores salários

MIRELLA ARAÚJO

Os técnicos administrativos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Estadual de Pernambuco (UEPE) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) vão realizar um ato, nesta quarta-feira (3), em frente à Faculdade de Direito do Recife, no bairro da Ilha de Vista, às 14h. Eles estão em greve desde o dia 11 de março.

Segundo a categoria, os TALEs têm o pior plano de carreira do serviço público federal e um dos piores salários, o que evidencia a dificuldade das universidades em realizarem contratações. Também participam desta mobilização, os técnicos e professores do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), que passam a aderir a greve a partir desta quarta-feira.

"A partir do início da greve o governo, principalmente o Ministério da Educação, que não vinha discutindo nossa pauta, chamou nossa categoria para uma reunião sobre a reestruturação da nossa carreira. Isso mostra que a greve está bastante forte e que vem influenciando o ministro da Educação, Camilo Santana, e a partir de agora é que vai começar as negociações", afirmou o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais - Seção UFPE Danilo Araújo, em entrevista a coluna Inem e Educação, na última quinta-feira (28).

"O governo até agora não apresentou uma proposta para reajuste salarial, mas abriu a negociação da reestruturação da carreira, o que inicialmente é um avanço porque ele requer reconhecimento esse debate", completou o dirigente.

Araújo também explicou que os técnicos administrativos vêm negociando com a reitoria da UFPE a pauta da essencialidade, ou seja, os serviços que não podem ter seu funcionamento prejudicado por causa da

paralisação das atividades, a exemplo de setores do Hospital das Clínicas (HC), Assistência Estudantil, os biotérios e os setores do Núcleo de Tecnologia.

"Na universidade somos mais de 3800 técnicos e a greve foi assumida pela ampla maioria da categoria. Os TALEs vêm se reunindo com a reitoria para definir os trabalhos essenciais (relacionados ao HC, segurança, etc.) que não podem ser suspensos com a greve, uma vez que os servidores ainda não tem uma lei que regulamente o direito de greve", disse Danilo Araújo.

GREVE NACIONAL

A greve dos servidores nacionais que atuam na área de educação, será realizada por tempo indeterminado. Segundo o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), o movimento contará com a adesão de mais de 230 unidades de ensino em pelo menos 18 unidades federativas.

Coordenador geral do

Sinasefe, David Leblão diz que a greve abrangirá professores e funcionários técnico-administrativos dos Institutos Federais de mais de 600 campi; Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Instituto Benjamin Constant; bem como colégios e escolas federais vinculadas ao Ministério da Defesa.

Além de uma recomposição salarial que varia de 22,7% a 34,32%, dependendo da categoria, os servidores podem também reestruturação das carreiras da área técnico-administrativa e de docentes; a revogação de "todas as normas que prejudicam a educação federal aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro"; bem como a recomposição do orçamento e o reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes.

Aprovada durante rodadas de assembleias realizadas desde o dia 11 de março, a greve será nacional e por tempo indeterminado, conforme informado no dia 28

de março documento protocolado junto aos ministérios da Gestão da Inovação em Serviços Públicos, da Defesa e da Educação, bem como ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

GOVERNO

Contatado pela Agência Brasil, o Ministério da Gestão informou que, em 2013, viabilizou, a partir de negociação com as entidades representativas dos servidores federais, reajuste linear de 9% para todos os servidores, além do aumento de 13,6% no auxílio-alimentação.

"Esse foi o primeiro acordo para reajustes fechado entre o governo e servidores em oito anos", destacou a pasta, ao acrescentar que, no segundo semestre de 2013, iniciou debate sobre reajuste para o ano de 2014. Ainda de acordo com o ministério, como parte desse processo foram abertas mesas específicas para tratar de algumas carreiras.

"A recomposição da força de trabalho da Administração Pública Federal, para recuperar a capacidade de atuação do governo para a execução de políticas públicas, é pauta prioritária do Ministério da Gestão, que vem atuando dentro do possível e dos limites orçamentários para atender às demandas dos órgãos e entidades do Executivo Federal", informou o ministério.

No caso específico da carreira de técnico-administrativos educacionais, dois ministérios (o da Gestão e o da Educação) criaram grupo de trabalho para tratar da reestruturação do plano para cargos técnico-administrativos em educação.

No dia 27 de março, o relatório final do grupo foi entregue à ministra Esther Dweck, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, para servir de "resumo" para a proposta de reestruturação de carreira que será apresentada na mesa de negociação.

"Com informações da Agência Brasil"



Os servidores e professores do IFPE também vão aderir a greve para reivindicar reestruturação de carreira

IMAGEM: UFPE